

CONVOCAÇÃO Nº 09

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Data: 20/11/2023

Horário: 14:00 horas

Por videoconferência

PAUTA

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:

1.1 - Pedido de Repactuação das ações de Vigilância Sanitária pelos municípios e pela SUVISA. (Eliane Rodrigues da Cruz – GVS).

Dra. Morgana – GVS/SUVISA, informou que a repactuação teve início no 3º trimestre de 2023; oito municípios solicitaram repactuação na SUVISA: Novo Gama, Hidrolândia, Santa Helena, Bom Jesus de Goiás, Itumbiara, Goianésia, Guarani de Goiás e Brazabrantes; o fluxo de pactuação, conforme a Resolução nº CIB 023/2021, de 18/03/2021, é: cadastro do perfil do gestor municipal; será encaminhada aos municípios a senha de acesso; responder ao questionário sobre a situação da VISA e a intenção de pactuação das ações; upload, no SINAVISA, do Termo de Compromisso assinado pelos gestores; homologação no SINAVISA; o prazo para envio é até o dia 1º de dezembro do ano corrente; o gestor municipal deverá refazer o questionário e a intenção de pactuação; entre os dias 4 e 15 de dezembro ocorrerão as reuniões de validação da intenção; de 27 a 29 de dezembro será realizada a homologação, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023; cinco municípios que são Santo Antônio do Descoberto, Itapirapuã, Orizona, Goianira e Águas Lindas, foram convidados para reunião presencial sobre a revisão das ações pactuadas, que deverão ocorrer até o dia 1º de dezembro de 2023.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, questionou se, ao todo, são 13 municípios, sendo 8 que solicitaram repactuação e 5 convidados para discussão.

Dra Morgana – GVS/SUVISA, confirmou que são 13 municípios.

Dra Cristina Laval – Assessoria técnica SUVISA, questionou se os municípios que irão repactuar, no momento, têm alguma pactuação em vigor.

Dra Morgana – GVS/SUVISA, respondeu que a pactuação fechada em 2018 está em vigor.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, pergunta se essa repactuação seria expansão, continuação, para avançar, ou retroceder.

Dra. Morgana – GVS/SUVISA, respondeu que, para alguns municípios, a repactuação é para ampliação; para outros, será retirada; depende da situação, pois cada município apresentou um pedido específico.

Dra. Elisa – Vigilância Sanitária de Pontalina, informou que foi encaminhada uma solicitação de reprogramação da pactuação para inclusão de outras atividades e novos profissionais; explicou que, para uma clínica odontológica com RX, é exigida a presença de uma enfermeira no corpo técnico, e como a bióloga não pode realizar a inspeção, houve perda do prazo para solicitação de reprogramação da repactuação; questionou se essa reprogramação poderá ser feita no decorrer de 2024, se será necessário aguardar uma nova abertura para solicitação de repactuação ou se a vigência será renovada automaticamente; deseja entender como funciona o processo.

Dra. Cristina Laval – SUVISA/SES, esclareceu que, antes de responder, fará a leitura das considerações registradas no chat para responder a todas de uma vez; Dr. Leonardo de Trindade questionou se é possível encaminhar um ofício e até que data; Dra. Carla do COSEMS quer saber como ficará a situação dos oito municípios, considerando que apenas cinco foram convidados para a oficina presencial, e questionou qual foi o critério utilizado para essa escolha.

Dra. Morgana – GVS/SUVISA, respondeu que os municípios que ainda não enviaram a solicitação têm até o dia 30 de novembro para encaminhá-la e, até o dia 1º de dezembro, o questionário e a intenção de pactuação deverão estar finalizados no sistema; quem cumprir esse prazo entrará na repactuação. Informou que, quem não enviar dentro desse período, infelizmente, não terá como revisar as pactuações para o ano de 2024, pois o sistema não permite acesso ao longo do ano, justamente para evitar problemas técnicos. Esclareceu que a vigência da pactuação é sempre para o ano seguinte, e que a definição dos prazos foi discutida no Grupo de Trabalho e pactuada em reunião da CIB, conforme estabelecido na Resolução nº 29/2023, que definiu os critérios. Ressaltou que a repactuação é iniciada a partir do terceiro trimestre do ano vigente, operacionalizada no quarto trimestre e entra em vigor no ano seguinte. Informou ainda que o ofício pode ser encaminhado até o dia 1º de dezembro; após essa data, não será mais possível validar nem homologar.

Destacou que o prazo de vigência das pactuações é de quatro anos, sendo a atual referente ao período de 2021 a 2024.

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica/COSEMS, observou que os prazos já estão previstos na Resolução CIB nº 29/2023, porém sugeriu que, nos próximos anos, esses prazos sejam divulgados de forma mais tempestiva e com um intervalo maior, pois o período de apenas 10 dias para manifestação é apertado e complicado, especialmente considerando os demais processos que envolvem a gestão municipal. Ressaltou que isso acaba limitando, em certa medida, a possibilidade de os municípios realizarem a revisão, que deve ser feita conforme as condições locais e as características da equipe; destacou que, quando se trata de ampliação, a dificuldade é ainda maior. Sugeriu que, na próxima reunião da CIB, sejam reforçados os princípios dessa resolução, como forma de lembrar os municípios que desejam solicitar revisão. Questionou ainda qual é a situação dos oito municípios e qual foi o critério utilizado para a escolha dos cinco convidados para a oficina presencial, solicitando mais transparência nesse processo.

Dra. Morgana – GVS/SUVISA, informa que a abertura da repactuação foi discutida na reunião CIB de Setembro, por isso, muitos Municípios entraram em contato.

Dra. Liliane – Regional Sul Itumbiara, informou que há dois municípios da região que solicitaram a repactuação; Bom Jesus de Goiás passou por mudança de gestor municipal e, no momento, não possui acesso ao SINAVISA; questionou se já houve contato com o município ou se será necessário o apoio da regional; destacou que Itumbiara não teve alteração na gestão e mantém acesso ao sistema.

Dra. Morgana – GVS/SUVISA, informou que todos os municípios que solicitaram repactuação por ofício receberam a planilha e a senha para novo acesso, independentemente de terem mudado de gestor ou não; os únicos municípios que não enviaram devolutiva com o nome do gestor foram Brazabrantes e Santa Helena; os demais municípios responderam com a planilha preenchida, contendo o nome do gestor e o e-mail para geração da senha.

Dra. Cristina Laval – SUVISA/SES, perguntou se estão presentes representantes da regional de Brazabrantes e Santa Helena, considerando que o prazo está próximo; sugeriu que a SUVISA envie um e-mail para a regional desses municípios, solicitando apoio, pois, como sempre, a parceria com as regionais é eficaz, facilitando contato rápido e sensibilização; ressaltou a necessidade de orientação para evitar o descumprimento dos prazos.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



cosems|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, sugeriu alinhar com um técnico específico de cada regional para formar uma força-tarefa junto a cada município; ressaltou que a validação no SINAVISA ocorreu em setembro e que, infelizmente, a rotatividade no cargo de secretário aumenta no período eleitoral, sendo importante que os novos gestores estejam atentos ao prazo, que faltam 10 dias; recomendou que cada regional entre em contato com os gestores para informar sobre a necessidade do preenchimento do formulário e para explicar, passo a passo, o acesso ao SINAVISA.

Dra. Morgana – GVS/SUVISA, concordou, mas manifestou preocupação com o curto prazo para realizar a repactuação, especialmente se o município ainda não tem ciência do processo; ressaltou que seria interessante que a regional começasse a orientar os gestores a se prepararem para o próximo ano.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, afirmou que quem está atento sabe que, para repactuar, é necessário um profissional qualificado que conheça o sistema; compreende essa questão, mas também demonstra preocupação com a omissão e o desconhecimento de alguns municípios que não se organizaram e perderam o prazo; destacou que o município de Brazabrantes fez contato direto com o núcleo central da SUVISA, e não por meio da regional.

Dra. Morgana – GVS/SUVISA, informou que os oito municípios citados fizeram contato direto com a SUVISA.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, afirmou que fica ainda mais preocupada, pois não foi realizado um trabalho das regionais com os municípios para a identificação de possibilidades de novas repactuações e/ou de atividades que não estão sendo utilizadas de forma efetiva no município.

Dra. Cristina Laval – SUVISA/SES, considerou que é possível conciliar as dificuldades relacionadas ao prazo, especialmente diante das mudanças previstas na gestão de vários municípios no próximo ano, em razão do período eleitoral. Ressaltou que o prazo de repactuação para todos se encerra no final de 2024 e sugeriu a elaboração de um informativo, não com o objetivo de estimular a repactuação, mas com foco em divulgar a Resolução CIB, explicando o tempo de vigência da pactuação e chamando a atenção dos municípios que pretendem ampliar as atividades, para que comecem a se organizar desde já para o ano de 2024. Destacou a importância de que estejam atentos aos prazos e acompanhem todo o passo a passo; reforçou que é fundamental que as regionais estejam cientes dessas informações e orientem os municípios diante de dúvidas e ansiedades.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, sugeriu solicitar o apoio dos 18 técnicos das regionais, que mantêm contato próximo e conhecem os coordenadores de vigilância por nome, para que intensifiquem as orientações aos gestores; demonstrou confiança de que, com esse apoio, os municípios interessados conseguirão realizar a repactuação dentro dos prazos estabelecidos.

Dra. Cristina Laval – SUVISA/SES, orienta mandar um informativo via e-mail para a Coordenação de Vigilância em Saúde das Regionais.

Encaminhamento: vai para CIB como apresentação.

2 – DISCUSSÕES E PACTUAÇÕES:

3 – INFORMES:

3.1 – Oficinas Regionais de Vigilância Sanitária. (Eliane Rodrigues da Cruz – GVS).

Dra. Eliane Rodrigues – GVS/SUVISA/SES, falou sobre o informe das oficinas que estão ocorrendo nas 18 regiões de saúde, as oficinas já vem acontecendo durante o ano de 2023 em execução ao piso variável de Vigilância Sanitária. Estão acompanhando a SUVISA juntas às 18 regiões. O cronograma estava bem apertado no segundo semestre para execução desse recurso, muitas oficinas acontecendo em novembro e alertou os gestores a incentivarem a participação dos técnicos da Vigilância Sanitária. O objetivo das oficinas é discutir a situação da Vigilância Sanitárias e dificuldades das pactuações dentro do território. Cada oficina ela é individualizada de acordo com a necessidade daquela região de saúde e de acordo com aquilo que foi levantado de demandas. Importante que os técnicos da Vigilância Sanitária participem.

3.2 – Encontro Estadual de Promoção de Saúde – Bem Viver nos Territórios, que acontecerá no dia 30/11/202. (Hamilton José – GVEDNTPS/ SUVISA).

Dr. Hamilton José – GVEDNTPS/ SUVISA/SES, reforçou a data do encontro, 30/11/2023.

Dra. Cristina Laval – Chefe de Gabinete/SUVISA/SES, agradeceu o Dr. Hamilton e falou da programação do evento com a participação a Regionais, municípios e COSEMS, disse ser muito importante a participação de todos para que seja implementada a Política Estadual de Promoção a Saúde.

Dr. Hamilton José – GVEDNTPS/SUVISA/SES, informou que haverá um *blach*, um lanche mais reforçado, além do almoço, que será oferecido no Sind-Saúde, reforçando a parceria com a Escola e com o Sind-Saúde; destacou que as refeições já estão garantidas.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, afirmou que foi uma excelente iniciativa, destacando que tudo começa pelo acolhimento.

Dr. Hamilton José – GVEDNTPS/ SUVISA/SES, retomou a fala em relação à referência ao ano de 2033, destacando dois grandes motivos: o alinhamento com o Movimento Sustentável e o centenário de Goiânia, que será comemorado em 2033; ressaltou que a intenção é já apresentar os resultados desse trabalho nesse marco significativo.

Dra. Cristina Laval – Chefe de Gabinete/SUVISA/SES, convidou a todos para participarem, destacando que, sem dúvida, será um evento de grande relevância, voltado para o fortalecimento do trabalho com as Políticas Públicas de forma planejada e transversal. Ressaltou que, diante das mudanças climáticas, especialmente nas capitais mais impactadas, é fundamental pensar em Políticas Públicas integradas, com foco na promoção de uma vida mais saudável em um território sustentável.

Encaminhamento: Vai para reunião da CIB como informe.

3.3 – Atualização das ações de enfrentamento às Emergências em Saúde Pública pela SES-GO na Operação Goiás Alerta e Solidário. (Cristina Paragó Musmanno – GESP/SUVISA)

Dra. Cristina Paragó Musmanno – GESP/SUVISA, apresentou, por meio de PowerPoint, um cronograma da consolidação das ações de enfrentamento às Emergências em Saúde Pública pela SES-GO, no âmbito da Operação Goiás Alerta e Solidário, incluindo as ações já desenvolvidas, as que estão em andamento e as que ainda serão realizadas. Também foi apresentado um quadro com o percentual de participação por Regionais de Saúde/Municípios, apontando que apenas 33% dos municípios participaram, número considerado relativamente baixo. Colocou-se à disposição para contribuir na melhoria desse índice de capacitação nos municípios que ainda não participaram, ressaltando que as capacitações contaram com apoio técnico e até auxílio para o lanche destinado aos municípios durante as atividades. Apresentou, ainda, um quadro da Defesa Civil com o registro das ocorrências relacionadas a chuvas e tempestades.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



cosems|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Cristina Paragó Musmanno – GESP/SUVISA/SES, mostrou que no ano de 2023 que o Município de Morrinhos está em processo de registro. Então precisam entender que as coisas acontecem e precisam estar preparados. Disse que ouviu que foi pouco tempo para a organização, mas a operação foi destacada pelo Governo, foi uma emergência em saúde pública, foi feita uma organização dentro das possibilidades. Foram dadas pactuadas com as Regionais que verificaram o que estava acontecendo nos Territórios. Outra questão que ouviram é que o Prefeito não liberava, então precisam do alto escalão para fazer um trabalho com os gestores para colocar a importância. Ademais, em algum momento os municípios vão passar por emergência em saúde pública, então precisam trabalhar para caso aconteça saibam o que fazer. Mostrou fotos de emergência de Saúde Pública, logo precisam se organizar. Agradeceu aos gestores que esteve presentes, além dos técnicos das Regionais e da SES que estiverem com eles nas oficinas. Se colocou a disposição para esta fazendo as oficinas com os municípios.

Dra. Cristina Laval – Chefe de Gabinete SUVISA/SES, disse que foi feito um esforço para acontecer essas oficinas e têm Regionais que a participação foi muito pequena. Isso os preocupam, porque precisam ter agilidade de planejar, executar da melhor forma as ações em emergência pública. Verificam que um número irrisório de municípios tem o Plano de Risco de seu território, então precisam trabalhar em relação a isso para mudar isso. Precisam dar a importância para as ações emergências, porque já é um fato. A reflexão colocada é muito importante para melhorar esse processo, porque é muito sério, têm 101 municípios com risco. Sugeriu que esse item seja encaminhado para CIB como apresentação e discussão.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas/Presidente do COSEMS, disse que além de ir com apresentação e discussão precisam pensar em outra frente para fazer um chamamento para chegar até os Secretários e os Prefeitos. Quando há um chamamento em nível de Estado percebem que a participação é bem maior, então ficava como sugestão.

Dra. Andréia Abbes – SMS São João da Aliança, parabenizou pelo trabalho, pois é preciso essas ações de prevenção e quando o município não participa é uma perda para a região. Concordou com a questão de ter um chamamento em nível de Estado.

Dra. Cristina Paragó Musmanno – GESP/SUVISA/SES, alertou que estava fazendo isso por emergenciais que estão no radar dos desastres naturais. Vai ser uma ação contínua para prestar apoio no que for necessário.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, parabenizou pelas ações realizadas, ressaltando que, mesmo com o somatório dos esforços, não foi possível alcançar o número ideal de participação. Sugeriu que seria interessante organizar um checklist didático para a elaboração dos planos, especialmente voltado para a organização da Defesa Civil. Destacou que, para isso, é fundamental o envolvimento do gestor máximo do município, o prefeito, e que o envio desse checklist com o plano de ação para os municípios seria uma boa estratégia.

Dra. Cristina Paragó Musmanno – GESP/SUVISA/SES, disse que já estão trabalhando a organização da Defesa Civil nos municípios e estão fazendo por parte para ficar um trabalho estruturado.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, disse que sua preocupação é o envolvimento das devidas Secretarias e de todos os órgãos. Precisam entender como sensibilizar os outros atores para que os trabalhos sejam estruturados.

Encaminhamento: o item vai para a pauta da reunião da CIB como informe

3.3 – Atualização das ações de enfrentamento às Emergências em Saúde Pública pela SES-GO na Operação Goiás Alerta e Solidário. (Cristina Paragó Musmanno – GESP/SUVISA)

Dra. Cristina Paragó Musmanno – GESP/SUVISA, apresentou, por meio de PowerPoint, um cronograma da consolidação das ações de enfrentamento às emergências em saúde pública pela SES-GO, na Operação Goiás Alerta e Solidário, incluindo as ações já realizadas, as que estão em desenvolvimento e as que ainda serão realizadas; também apresentou um quadro com o percentual de participação por Regionais de Saúde e municípios, que totalizou 33%, número considerado relativamente baixo; colocou-se à disposição para colaborar na melhoria desse índice de capacitação nos municípios que ainda não participaram; ressaltou que as capacitações contaram com apoio técnico e até auxílio para o lanche dos municípios durante as atividades; apresentou ainda um quadro da Defesa Civil com o registro das ocorrências de chuvas e tempestades.

Encaminhamento: o item vai para a pauta da reunião da CIB como informe.

3.4 – Relatório Semestral e Plano de Ação dos municípios pactuados no Projeto Sífilis Não. (Luciene Tavares – GVEDT/SUVISA)

D
r



a. Luciene Tavares – GVEDT/SUVISA, solicitou que os municípios pactuados com o “Projeto Sífilis Não” façam as contrapartidas municipais conforme previsto na resolução desde 2022; informou que esses municípios foram contemplados com equipamentos de informática completos e que, em abril de 2023, a entrega de todos os kits foi finalizada; destacou que a contrapartida municipal consiste na elaboração do Plano de Enfrentamento da Eliminação da Transmissão Vertical de Sífilis e HIV, e que nenhum plano foi entregue até o momento; ressaltou que a coordenação precisa entregar o relatório semestral no início de dezembro, já tendo enviado e-mails e documentos via SEI cobrando o envio, mas sem retorno; os municípios pendentes são: Itaberaí, Goianira, Alexânia, Iporá, Morrinhos, Goianápolis, Niquelândia, Goiatuba e Santa Helena. Parabenizou o município de Trindade, que avançou para a terceira etapa da certificação da eliminação da transmissão vertical, recebendo o selo prata.

Dra. Cristina Laval – Chefe de Gabinete/SUVISA/SES, disse que precisará fazer uma força tarefa.

Dra. Patrícia Plameira – SMS de Inhumas/ Presidente do COSEMS, disse que os municípios não tem acesso ao SEI.

Dra. Luciene Tavares – GVEDT/SUVISA/SES, disse que o documento via SEI foi para regional, e reforçou que a mesma tratativa para solicitarem os dados aos municípios, foi cobrado o Projeto e realmente não sabe dizer o que estava acontecendo com os municípios que não enviaram o projeto.

Dra. Jaqueline Rodrigues – Secretaria-Executiva COSEMS, solicitou a Dra. Luciene para que ela coloque a relação dos 10 municípios no chat.

Dra. Cristina Laval – Chefe de Gabinete/SUVISA/SES, disse que precisará fazer uma força tarefa junto a regional para ligarem para os seus respectivos municípios.

Dra. Patrícia Plameira – SMS de Inhumas/ Presidente do COSEMS. falou da importância de nova cobrança aos municípios, para que não sejam penalizados. Sugeriu que essa pauta seja encaminhada para discussão pela notoriedade do assunto e reforçar mais a cobrança aos Gestores.

Encaminhamento: Vai para reunião da CIB como apresentação e discussão.

3.5 – Atualizações e orientações sobre o Projeto de Cofinanciamento das Ações de Vigilância em Saúde. (Dra. Cristina Aparecida Borges Pereira Laval – Assessoria Técnica/SUVISA).

Dra. Cristina Laval – Assessora Técnica SUVISA/SES, reforçou a apresentação anterior. Informou que, no ano de 2022, no Nordeste Solidário, foi um número muito mais restrito de municípios que tinham previsão das catástrofes climatológicas, e a Defesa Civil mapeou, nesses municípios, os locais de maior vulnerabilidade, como estradas e pontes. Sugeriu confirmar com a Defesa Civil se o mapeamento continua sendo realizado, pois isso auxilia quando o município elabora seu plano de contingência para desastres. Apresentou a contextualização do cofinanciamento das ações de Vigilância em Saúde, destacando que a principal dificuldade foi garantir que todos os municípios que aderiram tivessem condições de executar as ações de forma adequada. O repasse financeiro foi realizado nos meses de junho e julho de 2023, por meio do processo SEI nº 202300010004899. Foi disponibilizado o link www.saude.go.gov.br/prestacao-de-contas/repassa-aos-municipios para acompanhamento da liberação dos recursos, com repasses fundo a fundo do Estado para os Fundos Municipais, referentes ao cofinanciamento das ações de Vigilância em Saúde, tanto de investimento quanto de custeio. Alguns municípios enfrentaram problemas para regularização das contas bancárias e, por isso, não conseguiram receber os incentivos financeiros. As Resoluções CIB nº 002/2023 e nº 834/2023 determinam a abertura de contas bancárias específicas para o recebimento das transferências fundo a fundo do Tesouro Estadual para ações e serviços de custeio e de investimento, que incluem o cofinanciamento das ações de Vigilância em Saúde. A Resolução CIB nº 1023/2023 orienta os municípios a regularizarem a abertura das contas bancárias até o dia 30 de setembro de 2023, para o recebimento das transferências regulares e automáticas. Após essa data, foi desencadeada uma força-tarefa, junto às Regionais de Saúde, para que os municípios realizassem a regularização. Em pactuação junto ao COSEMS, o prazo foi estendido para o dia 24 de outubro de 2023. Dos 230 municípios que aderiram ao edital, até 30 de setembro, mais de 40 estavam com problemas na regularização das contas. Com nova força-tarefa das Regionais, equipe técnica da SUVISA, COSEMS e gestores, esse número foi reduzido para cinco municípios que ainda não regularizaram a abertura das contas e, portanto, estão fora do processo de cofinanciamento desta primeira edição. Os municípios Colinas do Sul, Niquelândia e Ouvidor apresentam outro tipo de pendência. Dos R\$ 31.757.270,63 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, duzentos e setenta reais e sessenta e três centavos) previstos, foram repassados R\$ 10.734.837,44 (dez milhões, setecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta e quatro centavos), totalizando 33,8%. Como próximos passos, as áreas técnicas realizarão os realinhamentos necessários com os municípios, para ajustar as ações e os períodos

estabelecidos no edital, que serão considerados para os monitoramentos. A finalização de um painel de acompanhamento por município será um instrumento para que os municípios acompanhem seu desempenho e a quantidade de recurso disponibilizado. São nove projetos específicos e cada um contará com seu próprio painel. Os recursos recebidos pelos municípios funcionam como um incentivo ao desenvolvimento das ações de Vigilância em Saúde. Em cada edital, foram sugeridas formas de utilização dos recursos, mas a decisão sobre a aplicação cabe ao município, respeitando sua autonomia. As equipes técnicas farão o monitoramento do alcance (ou não) dos indicadores previstos no edital. O gestor precisa ter responsabilidade ao receber um recurso destinado à melhoria de um indicador específico. Caso não utilize o recurso conforme a finalidade, o indicador não apresentará melhoria. Existem metas a serem cumpridas, e o não atingimento implicará o cessamento do repasse de recursos, conforme estabelecido no edital.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas e Presidente do COSEMS, destacou que essa pauta foi bem discutida no GT, pois muitos gestores desconheciam a possibilidade de investir o recurso do cofinanciamento de acordo com as necessidades, desde que esteja relacionado ao cumprimento do indicador. A discussão foi esclarecedora, considerando que existem muitas portarias e alguns detalhes acabam passando despercebidos ou gerando confusão. Diante disso, o gestor, por medo ou insegurança, acaba deixando o recurso sem aplicação.